



Relatório de Gestão e Contas 2010

Aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral realizada a 31 de Março de 2011





Índice

I – Introdução

II – Cronologia CASES

III – Enquadramento das Actividades

IV – Actividades Realizadas em 2010 – Quadros Síntese

V – Actividades Realizadas – por departamento

VI – Execução Orçamental

I - Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita ao exercício de 2010 incidindo no período entre 7 de Junho, data da realização da Assembleia Geral Ordinária na qual foi aprovado o Plano de Actividades e Orçamento para 2010 da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), e 31 de Dezembro de 2010.

Os documentos de gestão em apreço, para o ano de 2010, foram apresentados, a título excepcional, no decurso do mês de Maio de 2010, sendo somente aprovados em 7 de Junho de 2010, configurando uma situação atípica que resultou do facto de ter sido necessário concluir os procedimentos legais, e de gestão, destinados a permitir que a CASES pudesse, de forma plena, iniciar as suas actividades.

Na verdade, no decurso do ano de 2010, foi necessário, simultaneamente, concluir o processo de constituição da CASES, assegurando o financiamento do seu orçamento com verbas, conforme previsto no nº 2 do art.º 14º do Decreto-Lei nº 282/2009, de 7 de Outubro e nos Estatutos da CASES, de transferências do Orçamento da Segurança Social ou do orçamento do IEFP, IP ou no orçamento de outro organismo sob sua tutela, sendo que, por decisão do Governo, no que concerne ao ano de 2010, foram asseguradas através de transferências do orçamento do IEFP, IP.

Acresce que o processo de transferência dos saldos para a CASES dos montantes afectos ao orçamento de funcionamento do INSCOOP, IP, inscritas no Orçamento de Estado para 2010, conforme a previsão do art.º 50 da Lei 3-B/2010 do OE, e a subsequente inscrição no Orçamento desta Cooperativa, só poderia ser desencadeado, no cumprimento da legislação, após a entrada em vigor do OE de 2010 o que ocorreu em 28 de Abril de 2010.

Cumpre-nos sublinhar, antes de mais, o assinalável empenhamento de todos os cooperadores, desde o Estado através, em particular, do seu representante na Assembleia Geral, Dr. António Torres, até às 6 (seis) organizações privadas representativas da economia social e solidária, fundadoras da CASES, através dos seus dirigentes, na partilha dos riscos e desafios do processo, ao mesmo tempo, desafiante e inovador da criação da CASES.

II – Cronologia CASES

Atendendo à natureza atípica deste processo julga-se adequado, no âmbito do presente documento, enumerar, de forma sucinta, os actos mais relevantes que, cronologicamente, foram praticados tendo em vista a instituição da CASES:

- Ainda no ano de 2009, por força da Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, nº 2 do art.º 39º), foi concretizada a externalização do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo - IP (INSCOOP) através do Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de Outubro que extinguiu o INSCOOP (art.º 1º) e autorizou a instituição da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (art.º 2º).

- A CASES sucedeu, assim, por força do decreto-lei nº 282/2009, de 7 de Outubro, ao INSCOOP *"em todos os seus direitos, obrigações e poderes públicos de autoridade congregando " o Estado e diversas organizações que compõem o sector cooperativo e social, visando aprofundar a cooperação entre o Estado e as referidas entidades, criando as condições institucionais favoráveis ao alcance dos objectivos comuns de reforço e dinamização do papel da economia social..."*

- Através do Despacho 26623/2009, de 26 de Novembro o governo deu autorização ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) para subscrever, em nome do Estado, o capital social da CASES;

- Em 30 de Dezembro de 2009 foi praticado o acto particular constitutivo da CASES;

II – Cronologia CASES

- Em 31 de Dezembro de 2009 foram apresentados para registo os documentos constitutivos da CASES (Conservatória do Registo Comercial de Lisboa);
- Em 8 de Janeiro de 2010 foram publicados o Acto Constitutivo e os Estatutos;
- Através do Despacho n.º 2342/2010, de 1 de Fevereiro o governo nomeou o licenciado António Beirão Freire Torres como representante do Estado na Assembleia Geral da CASES;
- Em 4 de Fevereiro de 2010 realizou-se a assinatura da escritura pública da CASES, celebrada entre o Estado Português e as entidades representativas do sector cooperativo e social: ANIMAR, CNIS, CONFAGRI, CONFECOOP, UMP - Misericórdias e UMP – Mutualidades, procedendo-se ao aumento de Capital e alteração dos Estatutos (Cartório Notarial de Lisboa Frederico Soares Franco);
- Em 12 de Fevereiro de 2010 foi publicada a alteração dos Estatutos;
- Através do Despacho 5191/2010, de 19 de Fevereiro o governo designou o licenciado Eduardo Manuel Fernandes Graça Presidente da Direcção da CASES;
- Em 10 de Março de 2010 reuniu a Assembleia Geral Universal que procedeu à eleição e designação dos titulares dos órgãos sociais da CASES;
- Através do despacho n.º 6517/2010, de 30 de Março, o governo nomeou a sociedade Auren Auditores & Associados, SROC, S. A., representada por Victor Manuel Leitão Ladeiro, como Vogal do Conselho Fiscal da CASES;

II – Cronologia CASES

- Através do Despacho n.º 6518/2010, de 31 de Março o governo fixou os critérios relativos ao estatuto remuneratório dos titulares dos órgãos sociais da CASES;
- Através do Despacho n.º 6519/2010, de 31 de Março, por indicação da Assembleia Geral, o governo nomeou o licenciado Alberto José dos Santos Ramalheira Presidente do Conselho Fiscal da CASES;
- Em 7 de Junho de 2010 reuniu a Assembleia Geral Ordinária na qual foi aprovado, por unanimidade, com a presença de todos os membros, o Plano de Actividades e Orçamento para 2010 e 2011;
- O Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2010, de 22 de Julho, criou o Conselho Nacional para a Economia Social, órgão de acompanhamento e de consulta do Governo no domínio das estratégias e das políticas públicas de promoção e de desenvolvimento da economia social;
- Através do Despacho n.º 13180/2010, de 9 de Agosto o governo designou a mestre Patrícia Ramos Boura para o cargo de vice-presidente da CASES;
- Em 20 de Dezembro de 2010 reuniu a Assembleia Geral Ordinária na qual foi aprovado, por unanimidade, com a presença de todos os seus membros, o Plano de Actividades e Orçamento para 2011.

III – Enquadramento das Actividades

No decurso do processo de criação da CASES, até ao final do ano de 2010, cumpriram-se ou iniciaram-se os procedimentos destinados a cumprir os objectivos previstos no Plano de Actividades para 2010, sendo de assinalar:

▪ **No plano institucional:**

- Foram constituídos os órgãos previstos nos Estatutos sendo que todos, sem excepção, iniciaram actividades no âmbito das suas competências.
- Realizaram-se 3 (três) reuniões da Assembleia Geral, uma universal, a 10 de Março, e as restantes a 7 de Junho e 20 de Dezembro, com a presença de todos os seus membros, que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respectivas actas;
- A Comissão, prevista no n.º 2 Art.º 25.º dos Estatutos, realizou 1 (uma) reunião, a 29 de Outubro da qual foi lavrada acta;
- Realizaram-se 2 (duas) reuniões do Conselho Fiscal, a 25 de Maio e 13 de Dezembro, com a presença de todos os seus membros que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respectivas actas;
- Realizaram-se 21 (vinte e uma) reuniões da Direcção tendo sido elaboradas as respectivas actas que evidenciam a apreciação, e aprovação, de 139 propostas.
- Foram assumidas as competências, e executadas as tarefas, cometidas ao Secretário Executivo do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), criado pela Resolução do CM nº 55/2010, de 22 de Julho, publicada a 4 de Agosto de 2010, que no seu ponto 14 determina “que o secretário executivo do CNES é o presidente da CASES” e no ponto 21 determina que “o apoio administrativo e financeiro ao funcionamento do CNES é assegurado pela CASES”.
- Foram analisados todos os protocolos e contratos celebrados no âmbito das competências do ex – INSCOOP tendo sido adoptadas as medidas adequadas para assegurar a sua transição para a CASES, renúncia ou rescisão não sendo de registar qualquer processo em contencioso.

III – Enquadramento das Actividades

- **No plano do património e instalações:**

- A concretização da mudança da Sede da CASES para as novas instalações na Rua Viriato nº 7, após autorização da Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, na data prevista, (5 de Julho de 2010), as quais haviam sido libertas pela equipa do extinto programa operacional EQUAL, cujos custos são assumidos, na qualidade de entidade arrendatária, pelo IEFP, IP. A mudança da CASES para as instalações em apreço, devidamente equipadas, decorreu da necessidade de assegurar as condições funcionais básicas para o desenvolvimento das actividades da CASES que, manifestamente, já não podiam ser asseguradas nas antigas instalações. Tal mudança deve-se, por outro lado, à venda, nos termos do nº1 do artº4º da lei nº.64-A/2008, de 31 de Dezembro, do imóvel que serviu de sede ao ex – INSCOOP da qual resultou uma receita, em favor da CASES de € 721 050,00 e, simultaneamente, da ponderação dos efeitos dos avultados custos do projecto de arquitectura e especialidades, e obras de remodelação a que o edifício sede do ex INSCOOP teria que ser sujeito, a que acresceriam os custos da sua desocupação transitória e ainda do pagamento de uma renda a partir do início do ano de 2011.
- Procedeu-se ainda, no final de Novembro de 2010, ao encerramento da Delegação do Porto em simultâneo com a passagem ao regime de aposentação dos dois técnicos que prestavam serviço naquela delegação.

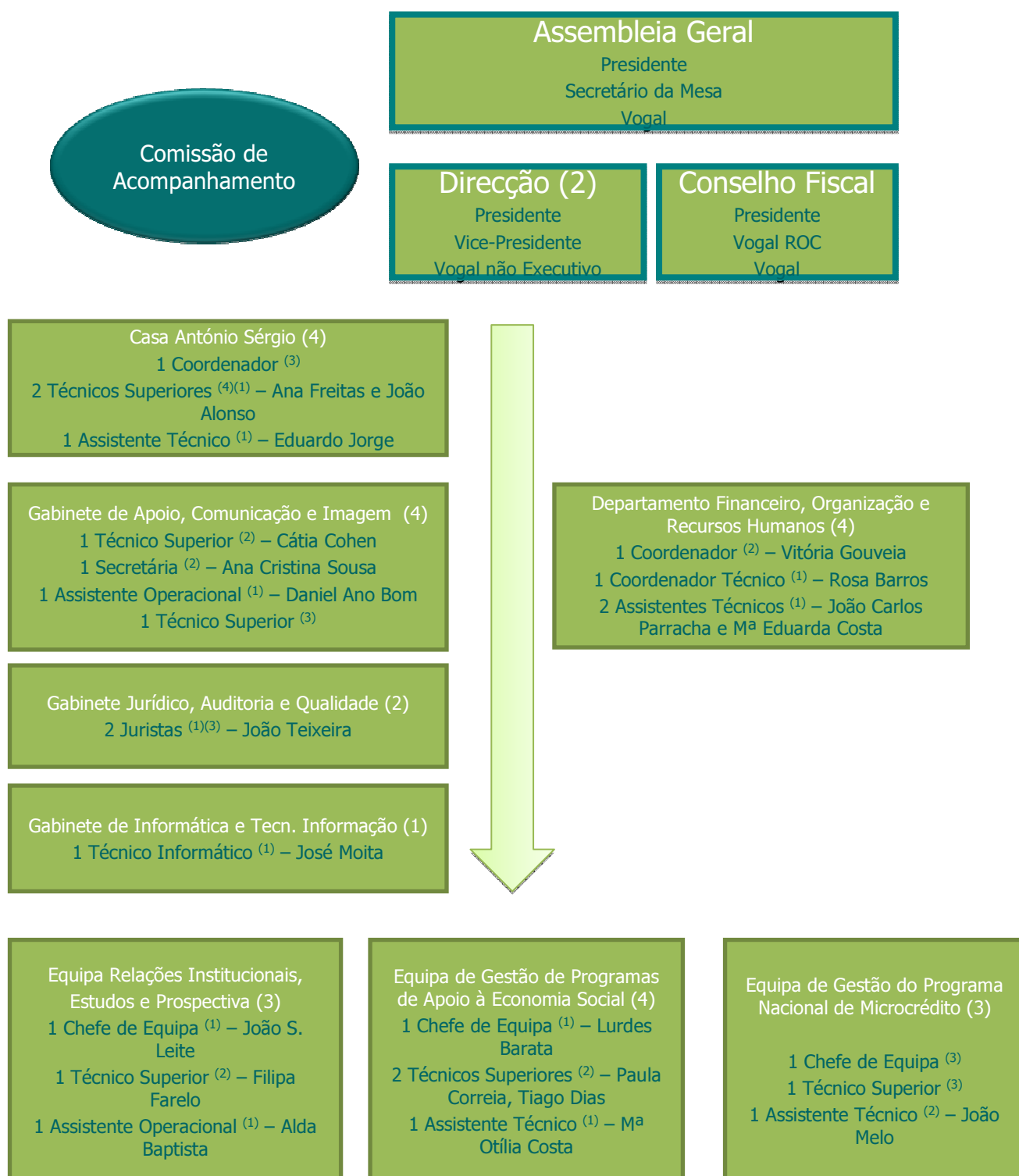
III – Enquadramento das Actividades

▪ No plano da estrutura organizacional e do pessoal:

• Foi criada, conforme previsto no Plano de Actividades para 2010, uma estrutura organizacional orientada para o cumprimento das missões cometidas à CASES. Foi previsto que o número de dirigentes, técnicos e funcionários, no final de 2010, teria como limite 24, dos quais 17 transitaram do ex INSCOOP. A execução do Plano de Actividades respeitou, de forma estrita, esta orientação sendo que em 31 de Dezembro de 2010 estavam ao serviço da CASES 20 trabalhadores, a que acrescem os dois membros executivos da Direcção, conforme a distribuição e estatuto contratual que se evidencia no organograma da página seguinte.

• Com respeito aos cargos dirigentes verificou-se, conforme previsto, que o Presidente da Direcção transitou do ex – INSCOOP, no qual exercia as funções de Presidente, com o mesmo estatuto remuneratório. A Vice-presidente da Direcção foi nomeada a 16 de Agosto com o estatuto remuneratório equiparado a cargo de direcção superior de 2.º grau da Administração Pública, previstos no art.º 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. O vogal não executivo da Direcção, não remunerado, foi eleito pela Assembleia Geral, recebendo senhas de presença conforme o estabelecido no despacho n.º 6518/2010. Aos dois dirigentes em funções, dos três previstos no organograma como Chefes de Equipa de Projecto, *foi atribuído um estatuto remuneratório equiparado à Direcção Intermédia de 1º Grau da Administração Pública (antigo Director de Serviços), sendo técnicos que transitaram do ex – INSCOOP. Das restantes chefias previstas só foi preenchida, até ao final de 2010, por razões operacionais, a de Coordenadora do DFORH, com um estatuto remuneratório equiparado à Direcção Intermédia de 2º Grau da Administração Pública (antigo Chefe de Divisão).*

III – Enquadramento das Actividades



¹ Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Funcionário do ex-INSOOP)

² Contrato Individual de Trabalho

³ A Contratar

⁴ Processo de aposentação

III – Enquadramento das Actividades

▪ No âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES):

O PADES, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2010, de 4 de Fevereiro, publicada em 4 de Março de 2010, *tem como objectivo permitir às entidades que integram o sector social o acesso a programas específicos de desenvolvimento das suas actividades de natureza social e solidária, que são as instituições particulares de solidariedade social, as mutualidades, as misericórdias, as cooperativas, as associações de desenvolvimento local e outras entidades da economia social sem fins lucrativos.*

Componentes cuja execução foi cometida à CASES:

A. Implementar, durante o primeiro semestre de 2010, no âmbito do PADES, uma linha de crédito bonificado, no valor de € 12 500 000, específica para as entidades que integram o sector social, com os seguintes objectivos:

- *Investimento no reforço da actividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção;*
- *Modernização dos serviços prestados às comunidades;*
- *Modernização da gestão e reforço da tesouraria;*
- *Reforço do fundo de maneo necessário ao desenvolvimento da sua actividade;*
- *Liquidação de dívidas junto de instituições de crédito ou de fornecedores.*

Determinar que compete à CASES a gestão desta linha. A Linha de Crédito, em referência, viria a ser concretizada através da Portaria n.º 42/2011, de 19 de Janeiro de 2011 que regulamenta o Programa de Apoio à Economia Social (SOCIAL INVESTE) destinando-se a incentivar o desenvolvimento das actividades de natureza social e solidária das entidades que integram o sector social no valor de 12,5 milhões de euros permitindo um financiamento máximo no valor de 100 mil euros por entidade. A CASES participou activamente no processo de desbloqueamento da sua criação tendo elaborado, em tempo, os documentos necessários para a sua implementação.

III – Enquadramento das Actividades

B. Lançar, no âmbito do PADES, um Programa Nacional de Microcrédito, no montante global de € 15 000 000, a criar durante o segundo semestre de 2010, destinado a fomentar a criação de emprego e o empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, beneficiando, preferencialmente, desempregados que pretendam desenvolver uma actividade por conta própria, para a qual necessitem de um empréstimo de baixo valor, com o limite máximo de € 25 000, e ao qual não consigam aceder junto de instituições financeiras.

Determinar que compete à Cooperativa António Sérgio para a Economia Social a coordenação e o acompanhamento do Programa Nacional de Microcrédito, em articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) e Direcção Geral de Tesouro e Finanças (DGTF).

No entanto, o Programa Nacional de Microcrédito, após a apresentação de um projecto elaborado no contexto do Plano de Actividades da CASES para 2010 (em anexo I), e da celebração de um acordo entre o IEFP e a CASES (em anexo II) só foi enquadrado, em 28 de Janeiro de 2011, pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de Janeiro – Primeira alteração à Portaria n.º 985/2009, de 4 de Setembro, que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e pela Cooperativa António Sérgio e regula os apoios a conceder no seu âmbito. Inclui o **Programa Nacional de Microcrédito** destinado a todos aqueles que tenham especial dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e estejam em risco de exclusão social, possuam uma ideia de negócio viável e perfil de empreendedores. Pretende-se facilitar o processo de **auto-emprego** (criação do próprio emprego) para as populações mais fragilizadas e, normalmente, afastadas do acesso ao financiamento.

Será disponibilizada uma linha de crédito no valor de € 20 milhões (MICROINVEST), negociada com a banca e com garantia do estado, para permitir a fluidez dos processos.

III – Enquadramento das Actividades

O programa **SOU MAIS** (identidade que será utilizada) pretende capacitar as pessoas através de acompanhamento no terreno, feito pelas entidades da economia social e solidária (cooperativas, misericórdias, mutualidades, associações, IPSS, entre outras) e com o apoio das autarquias desde o início da ideia de negócio até à sua concretização e estabilização;

O programa, coordenado pela CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, em parceria com o IEFP, foi concebido especialmente para o apoio a desempregados, jovens licenciados à procura do 1º emprego e ainda, microempresas no sentido de poderem manter postos de trabalho (como um processo preventivo ao desemprego) e para a constituição de cooperativas de pessoas com a mesma actividade. Os empréstimos concedidos terão um limite máximo de € 20.000.

C. Desenvolver, durante o segundo semestre de 2010, no âmbito do PADES, um programa de formação profissional de apoio à gestão e à modernização das entidades do sector social com os seguintes objectivos:

- Reforçar a qualificações dos seus dirigentes, dos seus quadros e restantes trabalhadores;
- Promover a melhoria dos seus procedimentos de gestão e administração.

III – Enquadramento das Actividades

D. Implementar, durante o primeiro semestre de 2010, no âmbito do PADES, um programa de apoio à qualificação das entidades do sector social para melhorar a qualidade das suas actividades e o desenvolvimento de sistemas de certificação de qualidade, de modernização tecnológica e de gestão.

A CASES elaborou, no decurso do ano de 2010, e submeteu ao POPH, para executar no ano de 2011, um conjunto de 21 candidaturas e, para executar no ano de 2012, um conjunto de 20 candidaturas tendo em vista cumprir os objectivos de formação descritos.

E. Determinar a criação, durante o primeiro trimestre de 2010, do Conselho Nacional para a Economia Social, órgão consultivo, de avaliação e de acompanhamento, ao nível das estratégias e propostas políticas nas questões ligadas à dinamização e desenvolvimento da economia social.

O CNES foi aprovado, como já foi antes referido, pela RCM nº 55/2010, de 22 de Julho, publicada em 4 de Agosto de 2010, tendo a CASES cumprido todas as tarefas no âmbito das competências que lhe foram atribuídas.

III – Enquadramento das Actividades

▪ **No âmbito de estudos e projectos estruturantes da economia social e solidária em Portugal:**

- Estabeleceu-se um Protocolo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a subscrever no início de 2011, tendo em vista a criação da **Conta Satélite da Economia Social**, que deverá integrar as Estatísticas Oficiais Portuguesas, cujos trabalhos terão início em Abril de 2011;

- Foi lançado o processo de celebração de um Protocolo com o CIRIEC, a concretizar em Abril de 2011, tendo em vista a criação de um **Observatório da Economia Social** em Portugal;

- Foi lançado o processo de contratação dos serviços para a realização de um **Estudo sobre a Importância Económica e Social do Sector da Economia Social em Portugal**;

- Foi lançado o processo destinado à elaboração de um **“Dossier Fiscal”** do sector da economia social e solidária;

- Iniciou-se o **Projecto Cooperativa na Hora**, no âmbito do processo de modernização administrativa, e equiparando a importância do sector cooperativo e social aos outros sectores de actividade, que deverá ser colocado à disposição dos cidadãos a partir do início de Julho de 2011;

- Apoio na área jurídica aos parceiros da CASES, nomeadamente através de uma **newsletter legislativa** que incorpora, com uma periodicidade bimensal a legislação publicada relevante para o sector;

- Preparação de um novo **site da CASES** que corresponda à realidade da Economia Social e Solidária integrando, em particular, a informação referente a todos os parceiros da CASES;

- Preparação de um conjunto de acções de comunicação, que possam relançar o tema da economia social e solidária (nomeadamente através de um **plano de comunicação** estratégico para o sector) a implementar em 2011.

IV - Actividades realizadas em 2010 – Quadros Síntese

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospectiva

- . Participação em organizações, grupos de trabalho e projectos nacionais e internacionais;
- . Promoção de contactos com países lusófonos em matéria de desenvolvimento da Economia Social;
- . Gestão dos Protocolos e Acordos de Cooperação;
- . Prestação de Assistência Técnica ao Conselho Nacional para a Economia Social (CNES);
- . Preparação de uma base de dados das organizações da economia social;
- . Preparação do projecto "Cooperativa na Hora";
- . Emissão de credenciais para as cooperativas;
- . Promoção da realização de iniciativas em parceria com instituições académicas;
- . Promoção de actividades de reflexão e de debate na área da Economia Social;
- . Promoção do reconhecimento da Economia Social;
- . Elaboração de proposta de criação do Prémio "António Sérgio – Inovação em Economia Social".

IV - Actividades realizadas em 2010 – Quadros Síntese

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

- . Preparação da Gestão das Linhas de Crédito - PADES;
- . Realização do balanço do PRODESCOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo;
- . Preparação do Plano Anual de Formação para o sector da Economia Social e Solidária, em complemento às iniciativas próprias das entidades associadas;
- . Preparação de um programa de formação profissional de apoio à gestão e modernização das entidades do sector social;
- . Divulgação e disponibilização de informações e instrumentos de apoio à Economia Social e Solidária;
- . Actualização da Central de Balanços;
- . Preparação do Observatório da Economia Social;
- . Preparação da Conta Satélite da Economia Social;
- . Apoio à edição de publicações.

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

- . Preparação do Programa Nacional de Microcrédito;
- . Preparação e assinatura de protocolos;
- . Criação da imagem do Programa Nacional de Microcrédito.

IV - Actividades realizadas em 2010 – Quadros Síntese

Departamento Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- . Organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos;
- . Preparação do plano de formação anual dos funcionários da CASES;
- . Coordenação do processo de avaliação de desempenho e serviço;
- . Apoio à implementação das medidas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;
- . Preparação da proposta de Orçamento para 2011;
- . Cabimentação de despesas;
- . Gestão e controlo orçamental;
- . Gestão do património – inventário de bens e aprovisionamento;
- . Execução das tarefas de economato;
- . Execução das funções inerentes ao movimento das receitas e despesas;
- . Realização dos procedimentos contabilísticos;
- . Realização do arquivo dos documentos contabilísticos;
- . Cumprimento das obrigações fiscais;
- . Criação dos documentos necessários para apresentação aos Órgãos Sociais, em cumprimento com as disposições legais;

IV - Actividades realizadas em 2010 – Quadros Síntese

Casa António Sérgio

- . Realização do tratamento documental das obras existentes – catalogação, indexação e classificação;
- . Apoio à informatização do acervo documental e audiovisual;
- . Realização da gestão documental de publicações periódicas na área da Economia Social e Solidária;
- . Apoio ao restauro de algumas obras raras existentes;
- . Participação em projectos de cooperação bibliográfica;
- . Divulgação da obra de António Sérgio.

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

- . Execução das tarefas de apoio técnico-administrativo aos órgãos sociais;
- . Execução das tarefas de secretariado da Direcção;
- . Apoio ao processo de elaboração e implementação do Plano Anual de Formação dos funcionários;
- . Apoio ao processo de avaliação de desempenho e serviço;
- . Apoio à edição de publicações;
- . Promoção da Imagem Institucional;
- . Apoio à gestão da informação do site.

IV - Actividades realizadas em 2010 – Quadros Síntese

Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade

- . Elaboração de estudos, pareceres e informações;
- . Participação na análise e elaboração de legislação, despachos, deliberações, regulamentos e outros normativos.

Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação

- . Organização e actualização dos sistemas de informação e respectivas bases de dados;
- . Organização da informação da internet, garantindo o respectivo desenvolvimento, manutenção e actualização permanentes;
- . Execução das tarefas inerentes à função de administração de sistemas;
- . Promoção da aquisição, manutenção e conservação dos equipamentos informáticos;
- . Manutenção do cadastro actualizado dos equipamentos informáticos;
- . Promoção da funcionalidade, a eficácia e a segurança das aplicações informáticas e das infra-estruturas das redes de comunicação de dados.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospectiva

A Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospectiva (ERIEP) tem por missão garantir o apoio técnico às actividades de cooperação institucional, realizar estudos e análises prospectivas e assegurar a credenciação de cooperativas.

Durante o ano de 2010 a ERIEP desenvolveu as seguintes actividades:

▪ Preparação de uma base de dados do sector da economia social e solidária:

- Inicialização dos trabalhos de limpeza dos ficheiros de cooperativas existentes no INSCOOP, a partir das várias aplicações informáticas que o INSCOOP detinha;
- Realização de contactos junto dos parceiros da CASES e da Segurança Social para a disponibilização de informações e dados referentes ao universo do sector da economia social e solidária.

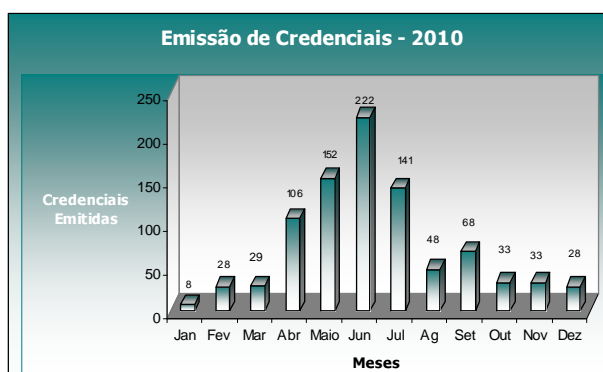
▪ Reorganização e modernização dos ficheiros cooperativos do INSCOOP e organização dos respeitantes às restantes componentes do sector de economia social e solidária.

▪ Preparação do projecto "Cooperativa na hora":

- Realização de contactos com a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa e definição das linhas gerais que deverão integrar o diploma legal.

▪ Emissão de 896 credenciais:

Gráfico I – Credenciais emitidas em 2010



V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospectiva

▪ **Preparação do processo de credenciação online:**

- Lançamento do processo está dependente da possibilidade de utilização da plataforma informática que está acoplada ao Projecto "Cooperativa na hora".

▪ **Apoio à realização de estudos nacionais e internacionais em matéria de economia social e solidária:**

- Disponibilização de dados sobre a realidade da economia social portuguesa a diversas entidades europeias;
- Recepção e acompanhamento de indivíduos e grupos de estudo da realidade cooperativa e de economia social portuguesa provenientes do Brasil, França, Hungria, Eslováquia e Islândia.
- Publicação no site da CASES de estudos e traduções de peças teóricas, bem como de diverso material produzido sobre economia social nas instâncias comunitárias, designadamente o importante relatório Toia, do Parlamento Europeu.

▪ **Apoio à realização de acções de formação e informação para divulgação dos princípios e valores de economia social e solidária em escolas, autarquias e organizações de economia social:**

- Preparação de um contacto com o Ministério da Educação, tendo em vista o desenvolvimento de um projecto de divulgação da economia social e solidária às turmas do 12º Ano;
- Colaboração em órgãos de informação ligados a organizações da economia social e solidária em iniciativas de divulgação, como o 88º Dia Internacional das Cooperativas, celebrado na Cercioeiras.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospectiva

▪ **Organização do Seminário Luso Espanhol de Economia Social**, a 26 de Novembro de 2010, que resultou de um protocolo celebrado entre os Governos português e espanhol.

O evento, que contou com 85 participantes, teve como principal objectivo promover o debate sobre o papel das instituições da economia social nos dois países, envolvendo os principais responsáveis e abarcando as temáticas institucional, legal, estatística e das estratégias de promoção do desenvolvimento da economia social.

▪ **Preparação do relançamento da OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa:**

- Lançamento de um processo de refiliação, proposta de novos estatutos e organização do 9º Encontro em Porto Alegre, Brasil.
- Realização de contactos com o IPAD e a CPLP, visando dar a conhecer a OCPLP e procurando criar vias para parcerias continuadas.
- Preparação, em conjunto com a EGPAES e o GACI do Plano de Actividades da OCPLP para 2011/2012.

▪ **Participação no grupo de trabalho** do Ministério do Trabalho e Solidariedade encarregue da selecção de candidaturas e classificação do **Prémio de Mérito à Integração de Pessoas com Deficiência**.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospectiva

▪ Representação e participação em sessões de trabalho:

- Conferência sobre "A agenda social europeia", realizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI) a 10 de Fevereiro.
- Conferência "Emprego – Direito a um Trabalho Digno", no Montepio Geral, em Maio.
- Conferência "Mulheres Empreendedoras", na Fundação Luso Americana, em Maio
- Conferência Europeia de Economia Social da Presidência Espanhola da UE – Toledo (Maio 2010)
- Encontro sobre Economia Social – ISCSP – (Junho 2010)
- Conferência da ACI "Contribuições Cooperativas para uma Economia plural – Lyon (Setembro 2010)
- Fórum de Economia Social – Montepio Geral – (Setembro 2010)
- 9º Encontro da OCPLP – Porto Alegre, Brasil – (Outubro 2010)
- Conferência "A Economia Social e a Europa 2020" – CESE, Bruxelas – (Outubro 2010)
- Seminário luso-espanhol sobre Economia social - Fundação Cidade de Lisboa - (Novembro 2010)

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão dos Programas de Apoio à Economia Social

À Equipa de Gestão dos Programas de Apoio à Economia Social (EGPAES) compete promover e apoiar tecnicamente programas e projectos para o sector da economia social, de incentivo ao empreendedorismo social e criação de instrumentos de recolha e tratamento de informação estatística do sector.

Durante o ano de 2010 a EGPAES desenvolveu as seguintes actividades:

▪ **Preparação da Gestão das Linhas de Crédito - PADES:**

- Elaboração de estudo comparado de linhas de crédito;
- Elaboração da Proposta de diploma legal regulamentadora da Linha de Crédito SOCIAL MAIS, apresentação e discussão do documento com os membros da CASES e entrega da proposta na SEEFP;
- Elaboração de Proposta de protocolo com as Instituições Bancárias e Sociedades de Garantia Mútua;
- Levantamento de informação diversa para operacionalização da Linha de Crédito:
- Preparação da 1ª versão do Manual de Procedimentos;
- Estabelecimento de contactos com a SGM.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2010, de 4 de Março previa a implementação da linha de crédito durante o 1º semestre de 2010. Todos os procedimentos destinados a operacionalizar a Linha de Crédito aguardaram pela publicação do diploma que criasse e regulamentasse este instrumento financeiro. Em 19 de Janeiro de 2011 foi publicada a Portaria nº 42/2011, que criou o Programa de Apoio à Economia Social (SOCIAL INVESTE).

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão dos Programas de Apoio à Economia Social

▪ Realização do balanço do PRODESCOOP:

- Elaboração dos mapas de monitorização da realização física e financeira do PRODESCOOP no respeitante aos apoios geridos directamente pela CASES: estudos e representação internacional;
- Preparação do Relatório anual da Comissão de Coordenação do PRODESCOOP

Quadro I - PRODESCOOP - Número de processos sob a gestão da CASES em 2010

Estudos	Representação Internacional
5	10

▪ Preparação do programa de formação profissional de apoio à gestão e à modernização das entidades do sector social:

- Transferência do estatuto como **entidade formadora acreditada** do INSCOOP para a CASES nos seguintes domínios: (i) concepção de intervenções, programas, instrumentos e suportes formativos; (ii) organização e promoção de intervenções ou actividades formativas; (iii) desenvolvimento e execução de intervenções ou actividades formativas;
- Preparação do dossier para requerer o estatuto de **entidade formadora acreditada em Formação a Distância**;
- Elaboração do Plano de Formação para 2011 e 2012 e apresentação de candidaturas às seguintes Tipologias de Intervenção ao **POPH**:
 - 3.2 – Formação para a Inovação e a Gestão: Regiões de Convergência
 - 8.3.2 – Formação para a Inovação e a Gestão: Algarve
 - 9.3.2 - Formação para a Inovação e a Gestão: Lisboa

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão dos Programas de Apoio à Economia Social

Quadro II - Acções de formação candidatas ao POPH

Cursos	N.º de Acções Previstas	
	2011	2012
Contabilidade e Finanças para Não Financeiros	5	5
Direito e Regime Fiscal	5	5
Gestão das Empresas da Economia	5	5
Responsabilidade Social e Direito do Trabalho	3	2
Informática	2	3
Turismo	1	0
Total	21	20

▪ **Criação do Grupo de Trabalho para a Formação (GTF)**, constituído, informalmente, por todos os membros da CASES como um espaço de debate e reflexão, com o objectivo de produzir propostas de documentos estratégicos em áreas comuns à Economia Social e Solidária (formação, comunicação, disseminação, intervenção institucional).

▪ **Preparação de um programa de apoio à qualificação das entidades do sector da economia social e solidária para melhorar a qualidade das suas actividades e o desenvolvimento de sistemas de certificação da qualidade, de modernização tecnológica e de gestão:**

- Realização de reuniões no âmbito do GTF para debate do modelo a seguir (esta vertente irá ser desenvolvida como formação-acção, em articulação com os parceiros da CASES que estão a implementar esta tipologia formativa para a capacitação das organizações da Economia Social com vista à sua certificação).

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão dos Programas de Apoio à Economia Social

▪ **Divulgação e disponibilização de informações e instrumentos de apoio:**

- Prestação de informações diariamente às organizações da Economia Social;
- Disponibilização de informação a investigadora da Universidade do Minho;
- Recolha de informação para o Centro de Recursos da Economia Social, tendo como origem diversos projectos em que o INSCOOP foi parceiro.

▪ **Actualização da Central de Balanços:**

- Manutenção da base de dados económico financeiros e produção de Central de Balanços.
- Reflexão sobre a adaptabilidade deste instrumento às demais organizações da Economia Social.

▪ **Preparação do Observatório da Economia Social:**

- Recolha de informação e construção de Base de Dados (Associações Mutualistas registadas, Fundações, IPSS e Misericórdias);
- Produção de informação estatística acerca:
 - Sector cooperativo, dados de 2009;
 - Economia Social – Universo, dados 2010;
 - Associações Mutualistas por distrito, dados de 2010;
 - IPSS por distrito e forma jurídica, dados de 2010;
 - Misericórdias por distrito, dados de 2010.
- Realização de reunião com Universidade sobre a implementação do OES.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão dos Programas de Apoio à Economia Social

- **Preparação da Conta Satélite da Economia Social** através de recolha de informação e constituição de um grupo de trabalho INE/CASES.

- **Apoiar a edição de publicações:**
 - Elaboração de "As 100 Maiores Empresas Cooperativas, dados de 2009"
 - Lançamento e tratamento de 196 questionários para elaboração do estudo "A responsabilidade social das cooperativas portuguesas", a incluir na publicação "As 100 Maiores Empresas Cooperativas", dados de 2010

- **Outras actividades desenvolvidas:**
 - Recolha de elementos sobre a constituição/dissolução/fusão/órgãos sociais no Portal da Justiça;
 - Realização do inventário das obras literárias e publicações existentes em armazém;

Quadro III - Número de obras literárias e publicações inventariadas em 2010

Obras	Pastas Temáticas	Publicações para Distribuição
3.084	126 textos	15.174

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão dos Programas de Apoio à Economia Social

▪ Representação e participação em sessões de trabalho:

- Comité Acompanhamento do POEFDS;
- Parceria Portal 3SECTOR;
- Comissão de Avaliação do Prémio "IGUALDADE É QUALIDADE";
- Seminário "EMPRESAS, EMPRESÁRIOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL: OS PERCURSOS EM PORTUGAL" – apresentação de Comunicação
- Workshop "DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO 3º SECTOR E REDES SOCIAIS";
- Seminário "ABORDAGEM DA QUALIDADE NO 3º SECTOR";
- Aniversário AUTOCOOPE;
- Reunião acompanhamento do EQUAL;
- Workshop CITE: "5ª SEMANA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL – Rumo a uma ética global";
- Encontro de Economia Social – CIRIEC;
- Seminário internacional "PERCURSOS PARA OS EMPREGOS VERDES" – apresentação da conferência final "**O desenvolvimento sustentável, um desafio para o empreendedorismo da economia social e solidária**"
- Conferência sobre sustentabilidade e Economia Social, Desincoop;
- Reunião na ADESCO;
- Conferência "Igualdade Profissional como factor de crescimento", CITE;
- Seminário Luso-espanhol de Economia Social, CASES;
- Reunião na Câmara Municipal da Amadora, sobre PADES;
- Seminário Poder Empreender - IV Semana de Ideias e Negócios.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

A Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito tem como missão preparar o lançamento e prestar apoio técnico ao Programa Nacional de Microcrédito.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2010, de 4 de Fevereiro, lançou o Programa Nacional de Microcrédito, no âmbito do PADES, no montante global de 15 milhões de Euros, destinado a fomentar a criação de emprego e o empreendedorismo entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

Actividades desenvolvidas pela EGPNM em 2010:

- **Criação e estruturação da equipa de projecto**, tendo por missão desenvolver um projecto destinado a criar as condições para, de forma estruturada, promover a concretização do Programa Nacional de Microcrédito;
- **Preparação e discussão de um documento de trabalho** definindo o enquadramento e os pressupostos de base para estruturar o Programa Nacional de Microcrédito, de forma a cumprir o estabelecido, quanto a prazos, na Resolução do Conselho de Ministros;
- **Apresentação para a análise e discussão ao IEFP e ao Gabinete do SEEFP do documento**, que propôs a estruturação de uma Rede de Intervenção Local, a partir da qual seria executado um Plano de Apoio ao Auto-Emprego, como consequência directa da execução do determinado na Resolução do Conselho de Ministros que lançou o Programa Nacional de Microcrédito.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

- **Assinatura da “Proposta Conjunta” entre a CASES e o IEFP** para implementação do Programa Nacional de Microcrédito, aproveitando os instrumentos legais e financeiros já existentes e permitir o arranque de actividades enquadradas no âmbito da Portaria n.º 985/2009, de 4 de Setembro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2010, de 4 de Fevereiro
- **Preparação e assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a CASES e a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**, destinado a criar as condições necessárias para a execução do Programa Nacional de Microcrédito, tendo em vista apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo feminino.
- **Criação de identidade e logo do Programa Nacional de Microcrédito.**

Em 28 de Dezembro de 2010, foi entretanto publicada a Portaria 1315/2010 que regulamenta os tipos de actividades económicas que podem ser objecto de financiamento através de microcrédito pelas Sociedades Financeiras de Microcrédito e, bem assim, os montantes máximos desses financiamentos, ficando assim clarificadas as condições de funcionamento desta actividade.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Departamento Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

Ao Departamento Financeiro, de Organização e Recursos Humanos compete promover e assegurar uma correcta gestão dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais da CASES.

Durante o ano de 2010 o DFORH desenvolveu as seguintes actividades:

▪ **Gestão Administrativa e de Recursos Humanos:**

- Desenvolvimento das acções relativas à organização e instrução dos processos dos recursos humanos e respectivo cadastro;
- Recolha e verificação dos elementos referentes ao registo de assiduidade do pessoal;
- Preparação do plano anual de formação dos funcionários;
- Implementação das medidas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, através da contratação de uma empresa da especialidade. Neste âmbito foram realizados exames médicos a todos os trabalhadores da CASES.
- Coordenação do processo de avaliação de desempenho e serviço.

▪ **Gestão Económica e Financeira:**

- Preparação do projecto de orçamento para o ano de 2011;
- Realização da gestão integrada dos recursos financeiros;
- Realização do controlo orçamental, propondo alterações consideradas necessárias;
- Realização da cabimentação de despesas, conforme o orçamento aprovado;
- Realização dos processamentos administrativos;
- Desenvolvimento das funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e os respectivos registos contabilísticos obrigatórios;

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Departamento Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

▪ **Gestão do Património:**

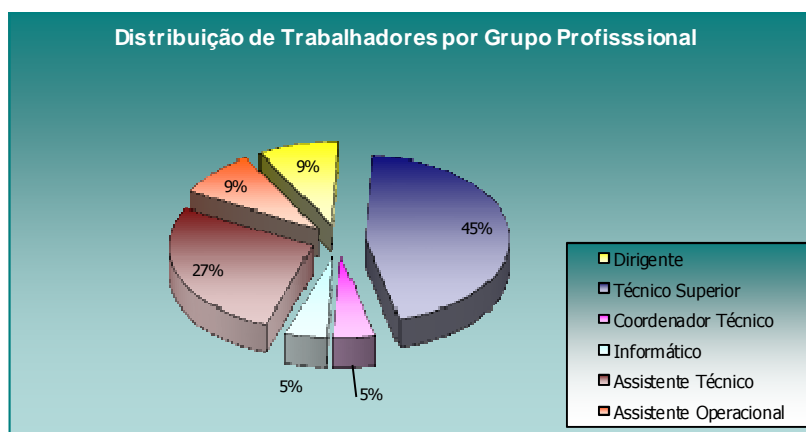
- Gestão dos recursos físicos, infraestruturas e equipamentos da CASES;
- Realização do inventário de bens da CASES;
- Coordenação das actividades de mudança para a nova sede da CASES;
- Coordenação das actividades de desactivação da ex-sede da CASES;
- Coordenação das actividades de desactivação da delegação do Porto.

▪ **Recursos Humanos:**

a) Quadro IV - Distribuição de Trabalhadores por grupo profissional segundo o sexo:

Grupo Profissional	Homens	Mulheres	Total
Dirigente	1	1	2
Técnico Superior	4	6	10
Coordenador Técnico	0	1	1
Informático	1	0	1
Assistente Técnico	3	3	6
Assistente Operacional	1	1	2
Total	10	12	22

b) Gráfico II - Distribuição de Trabalhadores por Grupo Profissional:

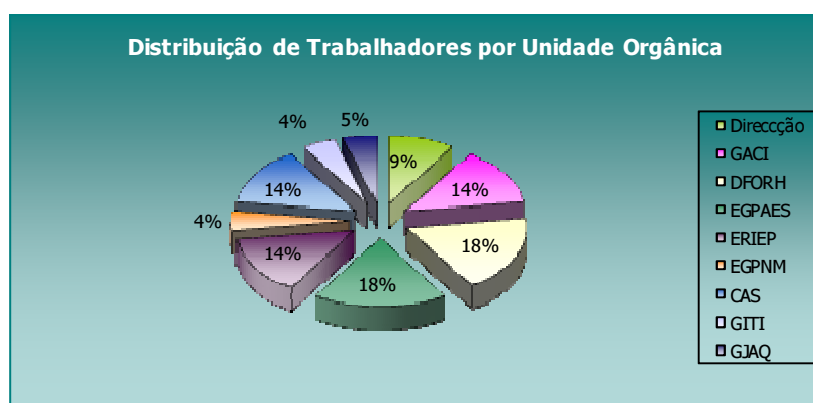


V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Departamento Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- Recursos Humanos:

c) Gráfico III - Distribuição de Trabalhadores por Unidade Orgânica:



d) Quadro V - Distribuição de Trabalhadores por grau de habilitação segundo o sexo:

Escolaridade	Homens	Mulheres	Total
Até ao 1º Ciclo do Ensino Básico	0	0	0
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	2	1	3
Ensino Secundário	3	4	7
Bacharelato	0	0	0
Licenciatura	5	6	11
Mestrado	0	1	1
Doutoramento	0	0	0
Total	10	12	22

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Casa António Sérgio

A Casa António Sérgio (CAS) tem por missão organizar e manter actualizada a biblioteca sobre temas da economia social e solidária e realizar actividades de dinamização cultural.

Durante o ano de 2010 a CAS desenvolveu as seguintes actividades:

▪ **Atendimento aos utilizadores da biblioteca:**

- Atendimento presencial a 20 utilizadores da biblioteca e apoio realizado por telefone e via correio electrónico.

▪ **Disponibilização de novas obras ao público:**

- Enriquecimento do acervo da biblioteca através da entrada de novos documentos, designadamente pela aquisição de 9 novas obras.

▪ **Apoio a investigadores:**

- Disponibilização de apoio a 3 investigadores das áreas da economia social e da obra e pensamento de António Sérgio.

▪ **Disponibilização da base de dados bibliográficos de economia social e solidária no site da CASES:**

- Actualização da base de dados bibliográficos de economia social e solidária, disponível no site da CASES, através do registo de 611 obras/documentos bibliográficos.

▪ **Reprodução digital das anotações a lápis feitas por António Sérgio nas suas obras:**

- Apoio ao processo de digitalização de obras de António Sérgio, através da selecção e preparação dos documentos bibliográficos que continham anotações, dedicatórias e outros tipos de referências manuscritas de António Sérgio.

O número digitalizações totalizou 41.700 imagens.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Casa António Sérgio

▪ Tratamento documental informatizado:

- Tratamento documental de monografias, publicações periódicas e outros documentos/materiais existentes na Biblioteca, nomeadamente analíticos das publicações do ex-INSCOOP, recortes de imprensa nacionais e internacionais sobre economia social e solidária, totalizando-se 480 registos bibliográficos.

▪ Desenvolvimento de Projectos de Cooperação Bibliográfica:

- Desenvolvimento do projecto de cooperação com a Biblioteca Nacional de Portugal na *PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográfico*.
- Participação no grupo de trabalho Projecto REDTESS - Rede de Cooperação e Conhecimento na Área do Trabalho, Emprego e Solidariedade Social, para actualização e desenvolvimento do portal.

▪ Realização de reuniões e outros eventos:

- Apoio logístico a duas reuniões.
- Apoio logístico a uma acção de formação.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Ao Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI) compete organizar os serviços de apoio aos órgãos sociais, apoiar a gestão dos recursos humanos, gerir e promover a comunicação e a imagem institucionais.

Durante o ano de 2010 o GACI desenvolveu as seguintes actividades

▪ Apoio técnico e administrativo aos órgãos sociais:

- Preparação, apoio e acompanhamento das reuniões de Direcção, Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Quadro VI - Número de reuniões dos órgãos sociais realizadas em 2010

Órgãos Sociais	N.º de reuniões realizadas em 2010
Assembleia Geral	3
Direcção	21
Conselho Fiscal	2
Comissão	1
Total	27

- Elaboração de informações e sínteses de propostas para deliberação nas reuniões de Direcção;
- Elaboração do Regulamento Interno, aprovado pela Assembleia Geral a 20 de Dezembro de 2010;
- Elaboração das actas das reuniões de Direcção;
- Compilação de elementos informativos de interesse para envio aos membros dos órgãos sociais.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

. Execução das tarefas de Secretariado da Direcção:

- Registo e actualização dos compromissos constantes na agenda da Direcção;
- Recepção, classificação e distribuição interna do correio – registo de entrada de 3.095 documentos;
- Encaminhamento dos despachos da Direcção;
- Apoio administrativo e logístico às reuniões realizadas entre os membros da Direcção e terceiros:

Quadro VII - Número de reuniões entre os membros da Direcção e terceiros

Órgãos Sociais	N.º de Reuniões												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Presidente da Direcção	3	1	2	13	14	13	24	2	18	17	22	12	141
Vice Presidente da Direcção									8	11	5	7	31
Total	3	1	2	13	14	13	24	2	26	28	27	19	172

- Gestão do processo de cedência de instalações a terceiros – foram autorizados pela Direcção 10 pedidos de utilização de auditório/sala de formação da CASES.

. Apoio à gestão dos recursos humanos:

- Preparação do Regulamento de Formação Interna, documento de referência do funcionamento da actividade formativa interna da CASES.
- Preparação do questionário de diagnóstico de necessidades de formação dos trabalhadores da CASES, para definição das áreas de formação prioritárias e elaboração do plano de formação interna para o ano de 2011.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

▪ Acompanhamento do processo de avaliação de desempenho e serviço:

- Elaboração do Relatório de Actividades e Auto-Avaliação, bem como do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), reportado a 31 de Dezembro de 2009, no âmbito do SIADAP 1 – Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública. Com base nos resultados do QUAR de 2009 e na informação adicional constante da auto-avaliação que integrou o Relatório de Actividades de 2009, foi atribuída, pelo Gabinete de Estratégia e Avaliação (GEP), no âmbito da avaliação de desempenho dos organismos do MTSS, a menção de desempenho Bom, porque, conforme parecer emitido, o INSCOOP/CASES atingiu todos os objectivos, tendo superado alguns.
- Preparação e envio à SEEFP do Relatório de Actividades de 2009, no âmbito do SIADAP 2 – Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública.
- Preparação e envio à SEEFP do Relatório Síntese, referente aos resultados da avaliação de desempenho dos trabalhadores em funções públicas, reportado ao ano de 2009, no âmbito do SIADAP 3 – Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública.

Considerando a situação extraordinária criada pela extinção do INSCOOP, foram solicitados esclarecimentos junto da Direcção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) e da Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional (SEEF) sobre a aplicabilidade do SIADAP 3 aos trabalhadores em funções públicas, que, no âmbito do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de Outubro, transitaram do quadro do INSCOOP, para o mapa de pessoal da CASES.

Segundo o parecer da DGAEP, encontrando-se a CASES excluída do âmbito objectivo de aplicação do SIADAP, não estando, assim, sujeita à sua disciplina, afigura-se ser de aplicar - nos termos previstos no artigo 83.º da Lei n.º 66-8/2007, de 28 de Dezembro – o SIADAP3, apenas aos trabalhadores em funções públicas.

Neste sentido, está prevista a conclusão do processo de avaliação dos trabalhadores da CASES em funções públicas, referente ao ano de 2010, no primeiro trimestre de 2011.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

▪ **Gestão da imagem institucional:**

- Preparação e organização de eventos institucionais, em conjunto com o EGPAES e ERIEP, nomeadamente o Fórum Nacional de Economia Social e Solidária e o Seminário Luso Espanhol de Economias Social;
- Divulgação da Newsletter da CASES – Edição n.º 1, em articulação com o GITI.
- Disponibilização de conteúdos nos Portais do Cidadão e da Empresa.

▪ **Disponibilização de informação no site da CASES:**

- Divulgação das actividades, em articulação com o GITI;
- Elaboração de notícias para publicação e divulgação.

▪ **Representação e participação em sessões de trabalho:**

- Participação no grupo de trabalho criado para a desactivação da ex-sede da CASES;
- Participação no grupo de trabalho criado para a desactivação da Delegação do Porto;
- Participação no grupo de trabalho criado para a elaboração do Plano de Actividades e Orçamento da OCPLP para o biénio 2011-2012;
- Participação no grupo de trabalho criado para a elaboração da candidatura da OCPLP ao IPAD;
- Participação no Seminário “Gerir a Comunicação com os Media – o Estado e o Terceiro Sector”;
- Participação numa reunião promovida pela Secretaria de Estado da Administração Pública e a Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional para os organismos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sobre a aplicação da legislação relevante na Administração Pública, nomeadamente a Lei n.º 66-B/2007, referente ao SIADAP.
- Participação na sessão de esclarecimentos realizada pela Agencia para a Modernização Administrativa (AMA) sobre o Portal do Cidadão e o Portal da Empresa.
- Participação no workshop “Edição de conteúdos dos Portais do Cidadão e da Empresa” (AMA);

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade

Ao Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade compete prestar apoio jurídico e desenvolver o sistema de controlo interno e de qualidade.

Em 2010 o GJAQ desenvolveu as seguintes actividades:

▪ Realização de consulta jurídica externa:

- Atendimento presencial e telefónico em matéria cooperativa, designadamente constituição de cooperativas, funcionamento interno, conflitualidade interna, órgãos sociais, fiscalidade cooperativa, procedimentos de concentração e dissolução de cooperativas, apoios e incentivos financeiros;
- Emissão de pareceres, informações e ofícios sobre solicitações externas, designadamente sobre constituição, fusão e dissolução de cooperativas, diferendos cooperativas/cooperadores, funcionamento interno, apoios públicos, fiscalidade cooperativa e princípios cooperativos.

▪ Realização de consulta jurídica interna:

- Apoio directo e emissão de pareceres, informações e despachos incidentes sobre o funcionamento da CASES, designadamente sobre matérias relativas a legislação, formulários, minutas, contratação pública, órgãos sociais, recursos humanos, planeamento de riscos corruptivos e programas financeiros;
- Elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção & Infracções Conexas, aprovado pela Assembleia Geral a 20 de Dezembro de 2010.

V - Actividades Realizadas em 2010 - por departamento

Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação

O Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação (GITI) tem por missão gerir o sistema informático e apoiar os utilizadores no uso corrente das tecnologias de comunicação e informação.

Durante o ano de 2010 o GITI desenvolveu as seguintes actividades:

▪ **Organização e actualização dos sistemas de informação e respectivas bases de dados:**

- Actualização das bases de dados da CASES e do Sistema de Informação do Sector Cooperativo, de modo a permitir a sua utilização, ao nível da inserção e modificação dos utilizadores;
- Manutenção e realização de backups, para reposição de dados.

▪ **Organização da informação no site da CASES:**

- Actualização da informação no site, através da disponibilização de notícias;
- Integração das Newsletters no site e sua divulgação através dos contactos via correio electrónico;
- Elaboração de estatísticas do sector cooperativo, referente ao ano de 2009, e sua actualização online.

▪ **Administração de sistema:**

- Disponibilização das aplicações informáticas aos utilizadores;
- Configuração dos computadores dos utilizadores;
- Apoio aos serviços de comunicações da internet, telefones e contas de correio electrónico.

▪ **Gestão dos equipamentos informáticos:**

- Promoção da aquisição de novos equipamentos informáticos;
- Manutenção e promoção da conservação do parque informático;
- Actualização da relação de bens de informática e execução da relação de equipamentos a abater no inventário.



VI – Execução Orçamental:

a)Nota Introdutória:

b)Mapa de Execução Orçamental – Comparativo entre o Previsto e o

Realizado

c)Balanço

d)Demonstração de Resultados

e)Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

VI – Execução Orçamental 2010

a) Nota Introdutória

1. O mapa de execução orçamental reflecte, variações ao nível do orçamentado decorrentes dos meses de actividade da CASES. Na verdade a sua plena actividade apenas se iniciou após a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento, a 7 de Junho de 2010, conforme já mencionado. Por outro lado, em 2010 houve ainda custos assumidos pelo Orçamento de Estado, por via do INSCOOP.
2. Ao nível das receitas, foram cumpridos os compromissos assumidos com a CASES, quer por parte do IEFP que transferiu as verbas acordadas, nos prazos acordados, como a receita extraordinária decorrente da venda do imóvel, antiga sede do INSCOOP. Apenas a verba prevista para compensação de custos por via do Programa de Apoio ao desenvolvimento da Economia Social não foi contemplada, uma vez que não houve em 2010 qualquer custo associado ao mesmo.
3. Relativamente aos Gastos, as verbas consideradas para custos com pessoal diferem das orçamentadas uma vez que houve um período inicial em que esses custos foram assumidos pelos INSCOOP;
4. O valor considerado no Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social decorre de um compromisso antigo do INSCOOP (PRODESCOOP) assumido pela CASES;
5. Para o início das suas actividades a CASES teve necessidade de fazer alguns investimentos, que se apresentam na conta de imobilizações e que ascendem a cerca de 66.630 € correspondentes essencialmente à aquisição de softwares de contabilidade (Primavera, versão 6,5, Administração Pública), de gestão de património (património Guesgt), licenças Microsoft e alguns componentes informáticos.

VI – Execução Orçamental 2010

a) Nota Introdutória

6. No que respeita ao equilíbrio económico-financeiro da CASES, o ano de 2010 correu de forma estável, apresentando um saldo bancário a 31 de Dezembro de 2010, no valor de 1,736,634,12 € decomposto da seguinte forma:

1.1. Contas a Ordem:

Millennium BCP – 23.144,91 €;

Montepio Geral – 4.237,05 €;

1.2. Contas a Prazo (1 ano)

Millennium BCP – 904.252,16 €;

Montepio Geral – 700.000,00 €;

1.3. Aplicações de Tesouraria

Millennium BCP – 105.000,00 €

As aplicações acima referidas, traduziram-se num ganho financeiro de 12.956,12 € correspondentes às seguintes taxas de juro:

Depósitos a prazo – taxa bruta anual de 5,25%

Aplicações de Tesouraria – taxa anual bruta de 4,75%

VI – Execução Orçamental 2010

b) Mapa de Execução Orçamental – Comparativo entre o Previsto e o Realizado

Execução Orçamental 2010				
	Orçamento	%	Execução Orçamental	%
RENDIMENTOS				
Saldos a transitar do INSCOOP	840.270,56	24%	723.688,50	24%
Capital Social	200.000,00	6%	200.000,00	7%
Aumento de Capital	102.000,00	3%	102.000,00	3%
Outras Receitas	3.069,96	0%	11.038,32	0%
Transferências	2.000.000,00	58%	2.000.000,00	66%
Programa Apoio Desenvolvimento da Economia Social	296.875,00	9%	0,00	0%
Juros depósito a prazo	2.939,44	0%	12.956,12	0%
TOTAL DAS RECEITAS	3.445.154,96	100%	3.049.682,94	100%
GASTOS				
Vencimentos	536.300,68	27%	497.167,15	54%
Encargos c/Pessoal	89.923,40	4%	69.964,93	8%
Programa Apoio Desenvolvimento da Economia Social	411.252,53	21%	99.161,02	11%
Programa Nacional de Microcrédito	150.000,00	7%	42.000,00	5%
Apoio ao Funcionamento CNES	10.000,00	0%	5.452,50	1%
Prestação de Serviços na área Jurídica/Auditoria	12.999,95	1%	12.919,95	1%
Gastos c/Instalações(Elect.Agua.Rend.,Limp.Seg.etc.)	178.367,97	9%	17.947,55	2%
Comunicação e Imagem	50.400,00	3%	20.911,87	2%
Deslocações (Portugal/Estrangeiro)	70.000,00	3%	37.062,79	4%
Despesas c/viaturas (Gasóleo, renting,portag. etc)	28.000,00	1%	3.810,64	0%
Comunicação (telemóveis, telefones, internet, etc..)	25.600,00	1%	19.808,60	2%
Despesas Correntes (Mat.Esc.Aguas,Café, etc..)	10.272,48	1%	1.307,12	0%
Serviços especializados(Consultadoria)	189.000,00	9%	31.311,82	3%
Aquisição de Serviços(Ass.Tec.Projectos, etc)	162.957,92	8%	23.549,09	3%
Despesas não previstas	50.500,00	3%	15.317,82	2%
Amortizações	24.443,07	1%	15.972,79	2%
TOTAL DE CUSTOS	2.000.018,00	100%	913.665,64	100%
TOTAL LIQUIDO ANTES INVESTIMENTO	1.445.136,96	42%	2.136.017,30	70%
INVESTIMENTO	59.489,20	2%	66.629,88	2%
TOTAL LIQUIDO DEPOIS INVESTIMENTO	1.385.647,76	40%	2.069.387,42	68%

VI – Execução Orçamental 2010

c) Balanço

Código das Contas		Activo	Exercícios			
CEE (a)	POC		01/01/2010 A 31/12/2010			2009
			ACTIVO BRUTO	AMORT. AJUST.	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
C		Imobilizado				
I		Imobilizações incorpóreas:				
1	431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
1	432	Despesas de investigação e de desenv.	0,00	0,00	0,00	0,00
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	10.343,95	639,71	9.704,24	0,00
3	434	Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
4	441/6	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
4	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incor.	0,00	0,00	0,00	0,00
			10.343,95	639,71	9.704,24	0,00
II		Imobilizações corpóreas				
1	421	Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
1	422	Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
2	423	Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00
2	424	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
3	425	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00
3	426	Equipamento administrativo	56.285,93	15.333,08	40.952,85	0,00
3	427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
3	429	Outras imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
4	441/6	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
4	448	Adiantamentos por conta de imobilizações corp.	0,00	0,00	0,00	0,00
			56.285,93	15.333,08	40.952,85	0,00
III		Investimentos financeiros				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
2	4121+4131	Empréstimos a empresas de grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
3	4112	Partes de capital em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
	4113+414+4					
5	15	Títulos e outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
6	441/6	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
6	447	Adiantamentos por conta de investimentos finan.	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00
D		Circulante				
I		Existências				
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
2	35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
3	34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
3	33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
3	32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
4	37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00

VI – Execução Orçamental 2010

c) Balanço

Código das Contas			Exercícios			
CEE (a)	POC		01/01/2010 A 31/12/2010			2009
			ACTIVO BRUTO	AMORT. AJUST.	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
		Activo				
II		Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
II		Dívidas de terceiros - Curto prazo				
1	211	Clientes C/C	6.679,08	0,00	6.679,08	0,00
1	212	Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
2	252	Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
3	253+254	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00	0,00
4	251+255	Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00
4	229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
4	2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.420,00	0,00	1.420,00	0,00
4	24	Estado e outros entes públicos	40.628,86	0,00	40.628,86	0,00
4	262+266+267+268+221	Outros devedores	88.768,80	0,00	88.768,80	0,00
5	264	Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
			137.496,74	0,00	137.496,74	0,00
III		Títulos Negociáveis				
1	1511	Acções em empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
3	1521	Obrigações e tit. de partic. em empresas grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
3	1512	Acções em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
3	1522	Obrigações e tit. de partic. em empresas grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
3	18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
IV		Depósitos Bancários e Caixa				
	12+13+14	Depósitos Bancários	1.736.634,12		1.736.634,12	200.000,00
	11	Caixa	70,27		70,27	0,00
			1.736.704,39		1.736.704,39	200.000,00
E		Acréscimos e Diferimentos				
	271	Acréscimos e Proveitos	506.791,92		506.791,92	0,00
		Custos Diferidos	5.268,95		5.268,95	0,00
			512.060,87		512.060,87	0,00
		Total do Activo	2.452.891,88	15.972,79	2.436.919,09	200.000,00

VI – Execução Orçamental 2010

c) Balanço

Código das Contas			Exercícios	
CEE (a)	POC		2010	2009
Capital próprio e Passivo				
A		Capital próprio		
I	51	Capital	302.000,00	200.000,00
	521	Acções (quotas) próprias - Valor nominal	0,00	0,00
	522	Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios	0,00	0,00
	53	Prestações suplementares	0,00	0,00
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	0,00	0,00
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	0,00	0,00
	56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
IV		Reservas		
1/2	571	Reservas legais	0,00	0,00
3	572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
4	573	Reservas contratuais	0,00	0,00
4	574	Reservas livres	0,00	0,00
4	575	Subsídios	0,00	0,00
4	576	Doações	0,00	0,00
4	577	Reservas decorrentes das transferências de activos	745.260,17	0,00
V	59	Resultados transitados	0,00	0,00
		Subtotal	1.047.260,17	200.000,00
VI	88	Resultado líquido do exercício	1.112.967,30	0,00
	89	Dividendos antecipados	0,00	0,00
		Total do capital próprio	2.160.227,47	200.000,00
Passivo				
B		Provisões		
1	291	Provisões para pensões	0,00	0,00
2	292	Provisões para impostos	0,00	0,00
3	293/8	Outras provisões	0,00	0,00
C		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
C		Dívidas a terceiros - Curto prazo		
1		Empréstimos por obrigações		
	2321	Convertíveis	0,00	0,00
	2322	Não convertíveis	0,00	0,00
1	233	Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,00
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
4	221	Fornecedores C/C	0,00	0,00
4	228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
5	222	Fornecedores - Títulos a pagar	0,00	0,00
5	2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,00	0,00
6	252	Empresas do grupo	0,00	0,00
7	253+254	Empresas participadas e participantes	0,00	0,00
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00
8	219	Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
8	239	Outros empréstimos obtidos	0,00	0,00
8	2611	Fornecedores de imobilizado C/C	0,00	0,00
8	24	Estado e outros entes públicos	28.882,87	0,00
8	262/2611	Outros credores	13.408,08	0,00
D		Acréscimos e diferimentos		
	273	Acréscimos de custos	152.871,05	0,00
	274	Proveitos diferidos	81.529,62	0,00
			234.400,67	0,00
		Total do passivo	276.691,62	0,00
		Total do capital próprio e do passivo	2.436.919,09	200.000,00

VI – Execução Orçamental 2010

d) Demonstração de Resultados

Código das Contas			Exercícios			
CEE (a)	POC		2010		2009	
A		Custos e perdas				
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
		Mercadorias	0,00		0,00	
		Matérias	0,00	0,00	0,00	0,00
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	192.953,37	192.953,37	0,00	0,00
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	495.922,15		0,00	
3.b)		Encargos sociais:				
	643+642	Pensões	0,00		0,00	
	645/8	Outros	75.313,60	571.235,75	0,00	0,00
4.a)	662+663	Amortizações do imobiliário corpóreo e incorpóreo	15.972,79		0,00	
4.b)	666+667	Ajustamentos	0,00		0,00	
5	67	Provisões	0,00		0,00	
5	63	Impostos	161,35		0,00	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	33.716,40	49.850,54	0,00	0,00
		(A)		814.039,66		0,00
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas		0,00		0,00
6	683 + 684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	0,00		0,00	
7	(2)	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresa do grupo	0,00		0,00	
		Outros	417,89	417,89	0,00	0,00
		(C)		814.457,55		0,00
10	69	Custos e perdas extraordinárias		99.208,09		0,00
		(E)		913.665,64		0,00
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00		0,00
		(G)		913.665,64		0,00
13	88	Resultado líquido do exercício		1.112.967,30		0,00
				2.026.632,94		0,00

VI – Execução Orçamental 2010

d) Demonstração de Resultados

Código das Contas			Exercícios			
CEE (a)	POC		2010	2009		
B		Proveitos e ganhos				
1	71	Vendas e Prestação de Serviços				
		Prestação de Serviços	7,62		0,00	
					0,00	
1	72	Prestações de serviços	11.030,70	11.038,32	0,00	0,00
2	(3)	Variação da produção		0,00		0,00
3	75	Trabalhos para a própria empresa		0,00		0,00
4	73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
4	74	Transferências e subsídios correntes obtidos				
	741	Transferências do IEFP	2.000.000,00	2.000.000,00		
4	76	Outros proveitos operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00
4	77	Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
		(B)		2.011.038,32		0,00
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	0,00		0,00	
5	784	Rendimentos de participações de capital	0,00		0,00	
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
		Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
		Outros	0,00		0,00	
		Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
		Outros	12.956,12	12.956,12	0,00	0,00
		(D)		2.023.994,44		0,00
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.638,50		0,00
		(F)		2.026.632,94		0,00
RESUMO:						
		Resultados operacionais: (B)-(A)		1.196.998,66		0,00
		Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)		12.538,23		0,00
		Resultados correntes: (D)-(C)		1.209.536,89		0,00
		Resultados antes de impostos: (F)-(E)		1.112.967,30		0,00
		Resultado líquido do exercício: (F)-(G)		1.112.967,30		0,00

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CASES - COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA ECONOMIA SOCIAL, é uma Cooperativa, registada na Conservatória do Registo Lisboa com o número fiscal 509266614, constituída em 8 de Janeiro de 2010.

O seu objecto social é o fortalecimento do sector da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do País.

2. COMPARABILIDADE COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

As quantias relativas ao exercício, incluídas nas presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com o modelo POCP.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

a) Imobilizações Corpóreas

As amortizações das imobilizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, às taxas regulamentadas no decreto 2/90, calculadas para que o valor dos imobilizados sejam reintegrados durante a sua vida útil estimada .

b) Especialização dos Exercícios

A empresa reconhece os seus custos e proveitos no momento em que são ocorridos, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

7. O número de trabalhadores à data de 31 de Dezembro de 2010 era de 20, a que acresce os 2 membros da direcção

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

10. MOVIMENTOS NO ACTIVO IMOBILIZADO:

Durante o ano de 2010 o activo immobilizado teve os seguintes movimentos:

Activo Bruto						
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação / / ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas :						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolvimento	10.344					10.344
Propriedade industrial e outros direitos ...						
Trespases						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas						
	10.344					10.344
Imobilizações corpóreas :						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte						
Ferramentas e utensílios						
Equipamento administrativo	56.286					56.286
Taras e vasilhames						
Outras imobilizações corpóreas						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas						
	56.286					56.286
Investimentos financeiros :						
Partes de capital em empresas do grupo						
Empréstimos a empresas do grupo						
Partes de capital em empresas associadas						
Empréstimos a empresas associadas						
Títulos e outras aplicações financeiras						
Outros empréstimos concedidos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de invest. financeiros						

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

O movimento ocorrido no valor das amortizações e ajustamentos, das imobilizações corpóreas, foi o seguinte:

Amortizações Ajustamentos				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Anulação Reversão	Saldo final
Imobilizações incorpóreas :				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e desenvolvimento	640			640
Propriedade industrial e outros direitos				
Trespases				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas				
	640			640
Imobilizações corpóreas :				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios				
Equipamento administrativo	14.786			14.786
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas				
	14.786			14.786
Investimentos financeiros :				
Partes de capital em empresas do grupo				
Empréstimos a empresas do grupo				
Partes de capital em empresas associadas				
Empréstimos a empresas associadas				
Títulos e outras aplicações financeiras				
Outros empréstimos concedidos				
Imobilizações em curso				
Adiantamentos por conta de invest. financeiros				

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

28. Não existem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos.

36. O Capital Social da CASES, encontra-se representado da seguinte forma:

COOPERADORES	PERCENTAGEM	EUROS
Participação do Estado	66,22%	200.000
ANIMAR	5,63%	17.000
CONFECOOP	5,63%	17.000
CONFRAFI	5,63%	17.000
CNIS	5,63%	17.000
UMP	5,63%	17.000
UMP	5,63%	17.000
Total do Capital Social	100,00%	302.000

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas do capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
	302.000			302.000
52 - Acções (quotas) próprias :				
521 - Valor nominal				
522 - Prémios e descontos				
53 - Prestações suplementares				
54 - Prémios de emissão de acções (quotas)				
55 - Ajustamentos de partes de capital em filiais e associa				
56 - Reservas de reavaliação				
57 - Reservas :				
571 - Reservas legais				
572 - Reservas estatutárias				
573 - Reservas contratuais				
574 - Reservas livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações				
59 - Resultados transitados				

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

43. A Direcção da CASES é remunerada e é composta por:

Dr. Eduardo Manuel Fernandes Graça - Presidente

Dra. Patrícia Ramos Boura – Vice-Presidente

44. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A repartição do valor líquido das Vendas e Prestações de Serviços efectuadas durante o ano de 2010, foi o seguinte:

Descrição	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	8		8
Vendas de produtos acabados			
Total de vendas	8		8
Prestações de serviços	11.031		11.031
Total de vendas e prestações de serviços	11.038		11.038

44.1 O Quadro das Vendas e Prestação de Serviços, classifica-se da seguinte forma:

1. VENDAS

1.1 Livros

2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 Cedência da Casa António Sérgio

2.2 Cedência do Auditório Ex-INSCOOP

2.3 Emissão de 2^{as} via de Credencial

44.2. O Quadro dos Subsídios obtidos, e de Proveitos e Ganhos Extraordinários, foi o seguinte:

SUBSÍDIOS	GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	EUROS
Transferências IIEFP		2.000.000
	Venda Imóvel Ex-INSCOOP	721.050
	Prodescoop	2.494
	TOTAL	2.723.544

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios	
	2010	2009
681-Juros suportados	46	
682-Perdas em empresas do grupo e associadas		
683-Amortizações de investimentos em imóveis		
684-Provisões para aplicações financeiras		
685-Diferenças de câmbio desfavoráveis		
686-Descontos pronto pagamento concedidos		
687-Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
688-Outros custos e perdas financeiros	372	
Resultados Financeiros	12.538	
	12.956	

Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2010	2009
781-Juros obtidos	12.956	
782-Ganhos em empresas do grupo e associadas		
783-Rendimentos de imóveis		
784-Rendimentos de participações de capital		
785-Diferenças de câmbio favoráveis		
786-Descontos pronto pagamento obtidos		
787-Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria ...		
788-Outros proveitos e ganhos financeiros		
	12.956	

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios	
	2010	2009
691 - Donativos		
692 - Dívidas incobráveis		
693 - Perdas em existências		
694 - Perdas em imobilizações		
695 - Multas e penalidades	5	
696 - Aumentos de amortizações		
697 - Correções relativas a exercícios anteriores		
698 - Outros custos e perdas extraordinários	99.203	
Resultados Extraordinários	624.480	
	723.688	
Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2010	2009
791 - Restituição de impostos		
792 - Recuperação de dívidas		
793 - Ganhos em existências		
794 - Ganhos em imobilizações		
795 - Benefícios de penalidades contratuais		
796 - Redução de provisões		
797 - Correções relativas a exercícios anteriores		
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	723.688	
	723.688	

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

48. DETALHE DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:

RUBRICAS	GASTOS	DETALHE DOS GASTOS
1. ELECTRICIDADE	2.301	
2. GASOLINA	2.533	
3. ÁGUA	1.319	
4. MATERIAL DE ESCRITÓRIO	4.512	
4.1 Material diverso		2.461
4.21 Consumíveis de Informática		2.051
5. RENDAS E ALUGUERES	4.445	
5.1 Renda das instalações Porto		3.004
5.2 Aluguer de viatura		891
5.3 Aluguer de Salas		550
6. Despesas de representação	2.980	
6.1 Despesas de representação		1180
6.2 Eventos		1800
8. COMUNICAÇÃO	19.809	
8.1 CTT		6.086
8.2 Telefones/fax		8.295
8.3 Telemóveis		1.059
8.4 Internet		4.368
9. SEGUROS PARA VIATURAS	300	
10. DESLOCAÇÕES E ESTADAS	7.449	
10.1 Deslocações Portugal		489
10.2 Deslocações Estrangeiro		3.778
10.3 Estacionamento/portagens		386
10.4 Deslocações em viatura própria		2.305
10.5 Transportes		491
11. HONORÁRIOS	49.920	
11.1 Assessoria Jurídica		7.920
11.2 Consultadoria Programa Microcrédito		42.000
12. CONTENCIOSO E NOTARIADO	762	
13. CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	1.483	
13.1 Viaturas		575
13.2 Equipamento administrativo		775
13.3 Diversas Reparações		133
14. PUBLICIDADE E PROPAGANDA	6.765	
15. LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	1.307	
16. VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	3.011	
17. TRABALHOS ESPECIALIZADOS	55.336	
17.1 ROC		5.000
17.2 Comunicação e Imagem		26.312
17.3 Segurança e Higiene no Trabalho		250
17.4 Digitalização		12.686
17.5 Serviços Informáticos		8.147
17.6 Contrato Assistência-Diginfor (DFORU)		2.498
17.6 Contrato Assistência-Mind (CAS)		386
17.7 Inspeção de Viaturas		55

VI – Execução Orçamental 2010

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

48. DETALHE DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:

RUBRICAS	GASTOS	DETALHE DOS GASTOS
18. OUTROS SERVIÇOS	28.721	
18.1 Serviços de Manutenção		3.670
18.2 Serviços de Limpezas		9.531
18.3 Serviços de Mudanças		8.750
18.4 Serviços de Estafeta		764
18.5 Serviços Diversos		2.032
18.6 Serviços Assistência Técnica		1.198
18.7 Senhas de Presença		1.887
18.8 Serviços de Desinfestação		340
18.8 Serviços de Contabilidade		550
TOTAL (em euros)	192.953	